



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA TURMA

Processo nº : 11080.017022/99-78
Recurso nº : 201-118995
Matéria : PIS
Recorrente : FAZENDA NACIONAL
Interessado : MARQUARDT, SCHERER S.A. COM., IND. E AGRICULTURA.
Recorrida : 1ª CÂMARA DO 2º CONSELHO DE CONTRIBUINTES
Sessão de : 22 de março de 2004
Acórdão nº : CSRF/02-01.610

PIS – COMPENSAÇÃO - Os indébitos oriundos de recolhimentos efetuados nos moldes dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, declarados inconstitucionais pelo STF, deverão ser calculados considerando que a base de cálculo do PIS, até a data em que passou a vigor as modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 1.212/95 (29/02/1996), era o faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, sem correção monetária.

Recurso negado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso interposto pela FAZENDA NACIONAL.

ACORDAM os Membros da Segunda Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado

MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS
PRESIDENTE

HENRIQUE PINHEIRO TORRES
RELATOR

FORMALIZADO EM: 27 SET 2004

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: JOSEFA MARIA COELHO MARQUES, ROGÉRIO GUSTAVO DREYER, DALTON CESAR CORDEIRO DE MIRANDA, LEONARDO DE ANDRADE COUTO, FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA e MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR.

Processo nº : 11080.017022/99-78
Acórdão nº : CSRF/02-01.610

Recurso nº : 201-118995
Recorrente : FAZENDA NACIONAL
Interessado : MARQUARDT, SCHERER S.A. COM., IND. E AGRICULTURA.

RELATÓRIO

Por bem relatar os fatos, transcrevo o relatório do acórdão recorrido.

A contribuinte, em 09/11/1999, às fls. 01/02, protocolou pedido de compensação do PIS recolhido a maior, trazendo cópia de sentença judicial que julgou seu pleito procedente, declarando a inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449/88. Requer sejam conferidos os cálculos e as imputações, considerando e homologando a compensação que já realizou, para que seja extinto o crédito tributário cobrado. Juntou demonstrativos de apuração do PIS pago a maior, cópias de guias DARF, cópias de peças processuais da ação judicial nº 90.0003752-2.

Analizado o processo no Setor de Arrecadação da DRF em Porto Alegre - RS, às fls. 96/97 há despacho afirmando que "a interpretação que a contribuinte fez da Lei Complementar 7/70, considerando como base de cálculo o faturamento de mês diverso daquele da ocorrência do fato gerador, não pode ser admitida".

Inconformada, a empresa apresentou sua impugnação, fls. 101/102, afirmando que ficou autorizado a "compensar os valores pagos a mais a título de majoração de PIS com a própria contribuição ratificada pela sentença judicial exarada em ação autônoma". Alega que possui crédito, e que "a base de cálculo é a do sexto mês anterior".

Resolveu, então, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Porto Alegre - RS, às fls. 107/119, julgar procedente o lançamento, conforme a seguinte ementa:

"(...)

Ementa: COMPENSAÇÃO – Hipótese expressa na legislação de extinção do crédito tributário (art. 156 do CTN), a compensação, só poderá ser efetivada se os créditos do contribuinte em relação à Fazenda Pública, estiverem revestidos dos atributos de liquidez e certeza

Existência de sentença favorável ao pleito da contribuinte relativamente à inconstitucionalidade dos Decretos-leis nºs 2.445 e 2.449/1988, já transitada em julgado, não estabelece prazo de vencimento do PIS diferente daquele determinado pelo parágrafo único do artigo 6º da Lei Complementar 07/70, o

Processo nº : 11080.017022/99-78
Acórdão nº : CSRF/02-01.610

qual não se constitui em uma dilação do aspecto material ou temporal do fato gerador, mas a determinação dos prazos de vencimento do crédito tributário, posteriormente alterados

No cômputo dos valores devidos a título de PIS com base na Lei Complementar 07/70, deve-se levar em conta, obrigatoriamente, as alterações dos prazos de recolhimentos estabelecidas por legislação posterior sobre a qual não recai a pecha da inconstitucionalidade (Leis nºs 7.691/1988, 7.799/1989, 8.019/1990, 8.218/1991 e 8.383/1991).

SOLICITAÇÃO INDEFERIDA."

Às fls. 123/150 a contribuinte apresentou recurso voluntário, manifestando sua inconformidade com a decisão atacada, argüindo que "a compensação efetuada, decorre de lei, e independe de autorização judicial". Aduz que "a empresa recalculou todos os valores pagos, e chegou a um crédito a seu favor. Por isso, iniciou as compensações na sua escrita fiscal independentemente de requerimento à Fazenda Nacional ou autorização judicial, haja vista a permissão contida no art. 66 da Lei nº 8.383/91 e do art. 14 da IN nº 21/97". Aduz que a base de cálculo do PIS era o faturamento do sexto mês anterior à ocorrência do fato gerador. Alega, ainda, que deve ser excluído o valor do ICMS da base de cálculo do PIS, fundamentando seu entendimento. Alega inconstitucionalidade da Taxa SELIC, e contraria a multa aplicada. Arrolou bens, fls. 156 e 159. À fl. 161 foi determinada a juntada de documentos, o que restou atendido.

Às fls. 179/202, resolveram os membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relator. Vencido o Conselheiro José Roberto Vieira, que apresenta declaração de voto quanto à Semestralidade. A deliberação apresentada no Acórdão nº 201-76.228 foi sintetizada na seguinte ementa:

"PIS. FATURAMENTO. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO. DECRETOS-LEIS NºS 2.445/88 E 2.449/88. LEI COMPLEMENTAR Nº 7/70. BASE DE CÁLCULO.

Durante o período em que a Lei Complementar nº 7/70 teve vigência, a base de cálculo da Contribuição ao PIS foi o faturamento do sexto mês anterior à ocorrência da hipótese de incidência, em seu valor histórico não corrigido monetariamente.

BASE DE CÁLCULO DO PIS. ICMS.

O ICMS inclui-se na receita operacional bruta e compõe a base de cálculo da contribuição.

Recurso provido em parte."



Processo nº : 11080.017022/99-78
Acórdão nº : CSRF/02-01.610

Em 19/12/2002, às fls. 204/212, a União (Fazenda Nacional) apresentou, por meio de seu Procurador, **Recurso Especial** à Câmara Superior de Recursos Fiscais alegando que o acórdão em epígrafe guarda teor contrário à lei tributária. O Recurso Especial conclui por requerer a manutenção do voto vencido.

Às fls. 222/226, a Presidente da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por meio do Despacho nº 201-0006, decidiu nos seguintes termos:

"I – NEGO seguimento ao Recurso Especial interposto pelo ilustre representante da Fazenda Nacional nos termos do inciso I do artigo 5º da Portaria MF nº 55/98; e

II – RECEBO o Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional com base no inciso II do artigo 5º da Portaria MF nº 55/98, por ter os acórdãos indicados como divergentes suporte fático comum com o acórdão recorrido, quanto à exegese do parágrafo único do art. 6º da Lei Complementar nº 7/70, vale dizer, quanto à base impositiva para cálculo do tributo PIS nos moldes daquela LC"

Em 14/03/2003, às fls. 231/237, a contribuinte apresentou suas Contra-Razões ao Recurso Especial administrativo. Arrimou o entendimento defendido com base no disposto no art 6º da Lei Complementar nº 07/70. Defendeu que o fato gerador do tributo é o faturamento referente ao sexto mês anterior ao de ocorrência do fato gerador.

É o Relatório. //



Processo nº : 11080.017022/99-78
Acórdão nº : CSRF/02-01.610

VOTO

Conselheiro HENRIQUE PINHEIRO TORRES, Relator

O recurso merece ser conhecido por ser tempestivo e atender aos pressupostos de admissibilidade previstos no Regimento Interno da Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Como relatado, trata-se de recurso especial apresentado pelo Sr. Procurador da Fazenda Nacional contra acórdão da Primeira Câmara do Segundo Conselho de contribuintes, que reconheceu o direito de a reclamante repetir o indébito do Pis, considerando que até a entrada em vigor das alterações trazidas pela Medida Provisória, 1.212/1995, a base de cálculo da contribuição era o faturamento do sexto mês anterior ao de ocorrência do fato gerador, sem correção monetária. O apelo postula a reforma do acórdão vergastado apenas no tocante à questão da semestralidade do Pis.

Essa matéria foi exaustivamente enfrentada pelo Conselheiro Natanael Martins, no voto proferido quando do julgamento do Recurso Voluntário nº 11.004, originário da 7ª Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes. Rendendo homenagem ao brilhante pronunciamento do insigne relator, transcrevo excerto desse voto para fundamentar minha decisão:

“As autoridades administrativas, como visto no presente caso, promoveram o lançamento com base na Lei Complementar nº 07/70, justamente a que a reclamante traz à baila para demonstrar a impropriedade do ato administrativo levado a efeito.

É que, na sistemática da Lei Complementar nº 07/70, a contribuição devida em cada mês, a teor do disposto no parágrafo único do artigo 6º da Lei Complementar nº 07/70, a seguir transcrito, deve ser calculada com base no faturamento verificado no sexto mês anterior:

‘Art. 6º - A efetivação dos depósitos no Fundo correspondente à contribuição referida na alínea ‘b’ do artigo 3º será processada mensalmente a partir de 1º de julho de 1971.

Parágrafo único. A contribuição de julho será calculada com base no faturamento de janeiro; a de agosto com base no faturamento de fevereiro; e assim sucessivamente’. (grifou-se).

Não se trata, à evidência, como crê o Parecer MF/SRF/COSIT/DIPAC nº 56/95, bem como a r. Decisão de fls. 110/113, de mera regra de prazo, mas, sim, de regra ínsita na própria materialidade da hipótese da incidência, na medida em que estipula a própria base impositiva da contribuição.

Neste sentido é o pensamento de Mitsuo Narahashi, externado em estudo inédito que realizou pouco após a edição da Lei Complementar nº 07/70:

‘Decorre, no texto acima transcrito, que a empresa não está recolhendo a contribuição de seis meses atrás. Recolhe a contribuição do próprio mês. A base de cálculo é que se reporta ao faturamento de seis meses atrás. O fato gerador (elemento temporal) ocorre no próprio mês em que se vence o prazo de recolhimento. Uma empresa que inicia suas atividades não tem débitos para com o PIS, com base no faturamento, durante os seis primeiros meses de atividade, ainda que já se tenha formado a base de cálculo dessa obrigação. Da mesma forma, uma empresa que encerra suas atividades agora, não recolherá a contribuição calculada sobre o faturamento dos últimos seis meses, pois, quando se completar o fato gerador, terá deixado de existir’.

Outro não é o entendimento de Carlos Mário Velloso, Ministro do Supremo Tribunal Federal:

‘... com a declaração de inconstitucionalidade desses dois decretos-leis, parece-me que o correto é considerar o faturamento ocorrido seis meses anteriores ao cálculo que vai ser pago. Exemplo, calcula-se hoje o que se vai pagar em outubro. Então, vamos apanhar o faturamento ocorrido seis meses anteriores a esta data’ (Mesa de Debates do VIII Congresso Brasileiro de Direito Tributário, ‘in’ Revista de Direito Tributário nº 64, pg.149, Malheiros Editores).

Geraldo Ataliba, de inesquecível memória, e J. A. Lima Gonçalves, em parecer inédito sobre a matéria, espancando qualquer dúvida ainda existente, asseveraram:

‘O PIS é obrigação tributária cujo nascimento ocorre mensalmente. O fato ‘faturar’ é instantâneo e renova-se a cada mês, enquanto operante a empresa.

A materialidade de sua hipótese de incidência é o ato de ‘faturar’, e a perspectiva mensável desta materialidade – vale dizer, a base de cálculo do tributo – é o volume do faturamento.

O período a ser considerado – por expressa disposição legal - para ‘medir’ o referido faturamento, conforme já assinalado, é mensal. Mas não é – e nem poderia ser – aleatoriamente escolhido pelo intérprete ou aplicador da lei.

A própria Lei Complementar nº 7/70 determina que o faturamento a ser considerado, para a quantificação da obrigação tributária em questão,

é o do sexto mês anterior ao da ocorrência do respectivo fato imponiblel.

Dispõe o transcrito parágrafo único do artigo 6º:

'A contribuição de julho será calculada com base no faturamento de janeiro; a de agosto, com base no faturamento de fevereiro; e assim sucessivamente.'

Não há como tergiversar diante da clareza da previsão.

Este é um caso em que – ex vi de explícita disposição legal – o autolancamento deve tomar em consideração não a base do próprio momento do nascimento da obrigação, mas, sim, a base de um momento diverso (e anterior).

Ordinariamente, há coincidência entre os aspectos temporal (momento do nascimento da obrigação) e aspecto material. No caso, porém, o artigo 6º da Lei Complementar nº 7/70 é explícito: a aplicação da alíquota legal (essência substancial do lançamento) far-se-á sobre base seis meses anterior, isso configura exceção (só possível porque legalmente estabelecida) à regra geral mencionada.

A análise da seqüência de atos normativos editados a partir da Lei Complementar nº 7/70 evidencia que nenhum deles... com exceção dos já declarados inconstitucionais Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 – trata da definição da base de cálculo do PIS e respectivo lançamento (no caso, autolancamento) .

Deveras, há disposição acerca (I) do prazo de recolhimento do tributo e (II) da correção monetária do débito tributário. Nada foi disposto, todavia, sobre a correção monetária da base de cálculo do tributo (faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do respectivo fato imponiblel).

Conseqüentemente, esse é o único critério juridicamente aplicável.

Se se tratasse de mera regra de prazo, a Lei Completar, à evidência, não usaria a expressão 'a contribuição de julho será calculada com base no faturamento de janeiro; a de agosto com base no faturamento de fevereiro, e assim sucessivamente', mas simplesmente diria: 'o prazo de recolhimento da contribuição sobre o faturamento, devido mensalmente, será o último dia do sexto mês posterior'.

Com razão, pois, a jurisprudência da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, que, por unanimidade de votos, vem assim se expressando:

Acórdão nº 101-87.950:

'PIS/FATURAMENTO – CONTRIBUIÇÕES NÃO RECOLHIDAS -
Procede o lançamento ex-officio das contribuições não recolhidas, considerando-se na base de cálculo, todavia, o faturamento da empresa de seis meses atrás, vez que as alterações introduzidas na Lei Complementar nº 07/70 pelos Dec.-leis nºs 2.245/88 e 2.449/88

Processo nº : 11080.017022/99-78
Acórdão nº : CSRF/02-01.610

foram considerados inconstitucionais pelo Tribunal Excelso (RE-148754-2).'

Acórdão nº 101-88.969:

'PIS/ FATURAMENTO – Na forma do disposto na Lei Complementar nº 07, de 07/09/70, e Lei Complementar nº 17, de 12/12/73, a contribuição para o PIS/Faturamento tem como fato gerador o faturamento e como base de cálculo o faturamento de seis meses atrás, sendo apurado mediante a aplicação da alíquota de 0,75%. Alterações introduzidas pelos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, não acolhidas pela Suprema Corte'.

Resta registrar que o STJ, através das 1ª e 2ª Turmas da 1ª Seção de Direito Público, já pacificou este entendimento.

Desta forma, não há como negar que, até 29 de fevereiro de 1996, a base de cálculo do PIS era o faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador dessa contribuição, sem correção monetária. A partir de março de 1996, quando passaram a vigor as alterações introduzidas pela MP nº 1.212/95, suas reedições, e, posteriormente, a Lei nº 9.715/1998, a contribuição passou a ser calculada com base no faturamento do próprio mês. Todavia, como o pedido abrange, tão-somente, os fatos geradores ocorridos entre 31/07/1988 a 31/05/1995, é de reconhecer-se que, neste período, o cálculo da contribuição e, por conseguinte, do indébito deve ser feito observando-se a sistemática da semestralidade do Pis.

Nestes termos, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões – DF, em 22 de março de 2004


HENRIQUE PINHEIRO TORRES

